18° ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL

BELO HORIZONTE - MG
11 - 14 / AGOSTO

PAISAGENS EM DIÁLOGOS
TERRITÓRIOS, MEMÓRIAS E NATUREZAS

ENEPEA 2026

PROGRAMA CENTRO ABERTO

Gestão e Processo Participativo

ST2 – Paisagens e territórios

CENTRO ABERTO PROGRAM

Management and participatory design

PEREIRA, Luana Moreira
Mestranda em Arquitetura e Urbanismo | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design da Universidade de São Paulo | São Paulo, SP, Br | luanamp@usp.br | ORCID: 0009-0001-1301-9136

CAMPOS, Ana Cecília
Professora Doutora | Pontifícia Universidade Católica de Campinas| Campinas, SP, Br | anacecilia@arrudacampos.br | ORCID: 0000-0001-7427-8222

RESUMO

Em 2013, a nova gestão municipal de São Paulo contratou a consultoria do escritório Gehl Architects para a conceituação de um programa de transformação de espaços públicos de áreas do centro da cidade, o Programa Centro Aberto. Desenvolvido e implementado entre 2014 e 2021, o programa não se pautou pela construção de novos lugares, mas por novas formas de uso de espaços públicos consolidados. O seu propósito foi testar em escala 1:1 intervenções no espaço público. Sua fase inicial envolveu o poder público e sociedade civil para escolha dos locais de implantação das duas primeiras intervenções. Após a implantação, pesquisas validaram a pertinência, por isso, buscou-se a expansão do programa. O desenvolvimento da segunda fase contou com maior envolvimento da sociedade civil, através de consultas públicas, e três novos locais receberam intervenções. Esse trabalho tem como objetivo analisar e extrair contribuições para futuros projetos a partir do Programa Centro Aberto, que apesar de apresentar avanços relacionados a intervenções urbanas, poderia ser aprimorado, visando efetivo envolvimento da população local para amplo entendimento de apropriações e manifestações culturais existentes.

Palavras-chave: Política pública; Espaços públicos; Processo participativo.

ABSTRACT

In 2013, a new municipal administration in São Paulo hired the consulting firm Gehl Architects to conceptualize a program for transforming public spaces in midtown: "Centro Aberto Program". Developed and implemented from 2014 to 2021, the program did not focus on building new spaces, but on new ways of using public spaces. Its purpose was to test interventions in public spaces on 1:1 scale. Its initial phase involved public authorities and civil society in choosing the locations for the first two interventions, and after implementation, researches evidenced the relevance of them, and therefore, the program was expanded. The development of this second phase involved greater participation from civil society through public consultations, and three new locations were defined and received interventions. This paper presents contributions on management and public participation based on an analysis of the Centro Aberto Program. Although it shows progress regarding popular participation, it needs improvement, aiming for the effective involvement of the local population for a broad understanding of existing cultural appropriations and manifestations.

Keywords: *Management; Public Spaces; Participatory Design.*

1 INTRODUÇÃO

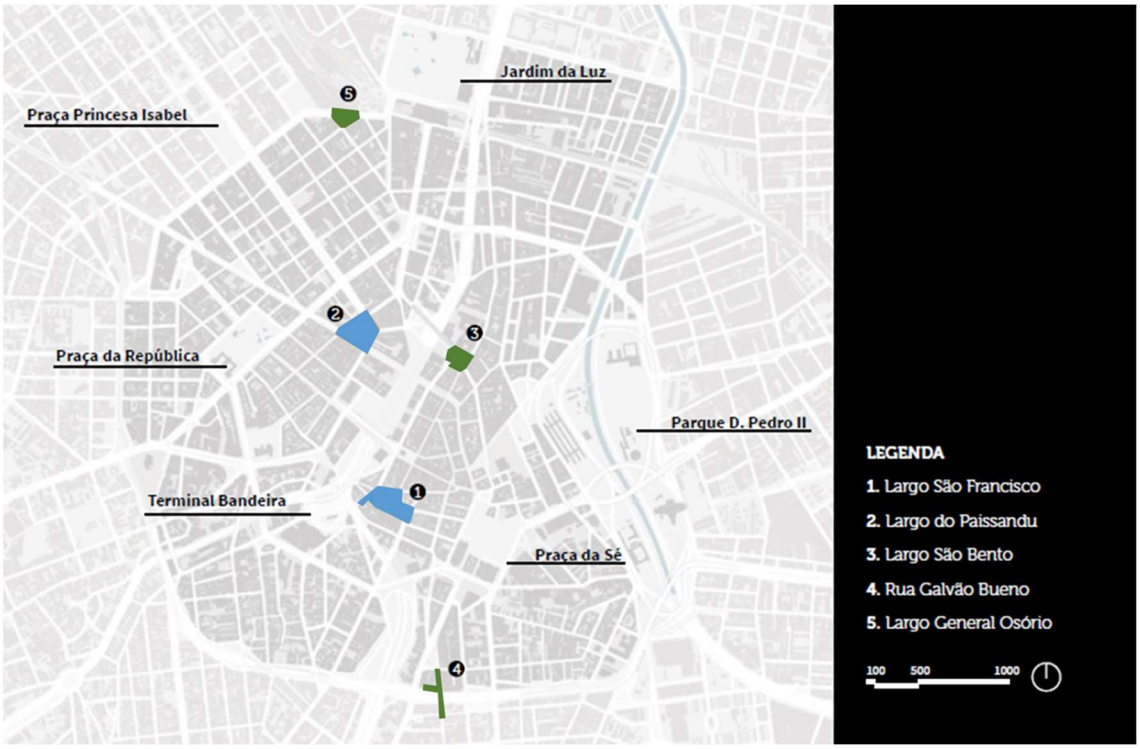
Em 2013 houve o início de uma nova gestão municipal em São Paulo, com Fernando Haddad como prefeito, cujo programa de metas (2013-2016) apresentou diretrizes relevantes sobre o que pretendia trabalhar pela cidade: redução das desigualdades socioespaciais para uma cidade com mais qualidade e com oportunidade para todos. Na busca pela qualificação de espaços públicos do centro, a prefeitura contratou a consultoria do escritório dinamarquês Gehl Architects, para o desenvolvimento e conceituação de um programa de transformação de espaços públicos com foco na região central, o Programa Centro Aberto. O programa teve como referência ações recém realizadas à época por Janette Sadik-Khan à frente do Departamento de Transportes de Nova Iorque (2007 a 2013), com intervenções no espaço público, inicialmente como teste, e ações promovidas pela organização Project for Public Spaces - PPS, através de ações de *placemaking*[1].

O Programa Centro Aberto foi desenvolvido pela SPUrbanismo, empresa pública ligada a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU)[2], e contou com agentes para além do poder público. A primeira etapa ocorreu ao longo do ano de 2013, denominada como "Centro, Diálogo Aberto" (sendo esta a Fase 1 do programa), e buscou promover diálogo entre representantes de diversas secretarias municipais, escritórios de arquitetura, movimentos sociais e instituições de ensino, através de seminários, palestras e workshops, para a seleção de áreas para implantação de projetos piloto. Na primeira fase, foram selecionados os Largos São Francisco e Paissandu, como testes para receber intervenções, e a segunda fase contou com a implantação do programa em três outros locais (Figura 1).

[1] "Placemaking" é um conceito desenvolvido pela organização PPS sobre a produção de lugares. O objetivo é a transformação de espaços públicos com maior incentivo à relação entre as pessoas e o lugar, criando um senso de identidade.

[2] A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, tornou-se SMUL - Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - em 1º de janeiro de 2017.

Figura 1: Imagem com as unidades implantadas na fase 1, sendo Largos São Francisco e Paissandu (1 e 2 - em azul) e fase 2, sendo Largo São Bento, Rua Galvão Bueno e Largo General Osório (3 a 5 - em verde), conforme será descrito posteriormente.



Fonte: Adaptado pela autora de SPUrbanismo, 2015.

Desenvolvido e implementado em três fases, este programa passou por aprimoramentos contínuos, relacionados a elaboração de projetos, escolha de locais, pesquisas pré e pós implantação e envolvimento da população. Conforme será descrito posteriormente através dos casos ocorridos na região do Bixiga e Largo General Osório, a fase 2 evidenciou a necessidade de maior envolvimento, escuta e construção conjunta com a população local, para fundamental identificação de formas de intervenção no espaço público, que carregam memórias, identidade e apropriações existentes (Campos et al., 2021). Além disso, compreender a paisagem tanto como uma experiência partilhada como uma construção social, que envolve contradições e vivências (Sandeville, 2010), suscita reflexão sobre o que é possível ser entendido, mensurado e registrado através de pesquisas, como em casos ocorridos ao longo da elaboração e implantação deste programa.

2 IMPLEMENTAÇÃO DA FASE 1

Os dois largos, São Francisco e Paissandu, além de fisicamente próximos, são locais de relevância histórica, com alto fluxo de pedestres e veículos e poucos elementos de suporte à permanência de pessoas no espaço público. Para verificação da pertinência dos projetos, houve a elaboração de um modelo de pesquisa, que foi desenvolvido e aplicado em duas etapas, antes e depois da implantação dos projetos, com o intuito de avaliar e validar a pertinência das intervenções. As

pesquisas realizadas nos espaços, anteriores ao desenvolvimento dos projetos, foram aplicadas entre agosto e outubro de 2013, com a análise dos seguintes aspectos: tipos e variedade das atividades realizadas, número de pedestres em trânsito, travessias em locais inadequados e entrevistas com os usuários para avaliação da percepção de segurança. A partir das informações coletadas, os projetos foram desenvolvidos partindo de três conceitos principais: a) proteção e priorização de pedestres e ciclistas; b) suporte à permanência; e c) incentivo a novos usos e atividades.

Os projetos dos Largos São Francisco e Paissandu (Figuras 2 e 3) foram inaugurados em setembro de 2014 e receberam a implantação de elementos em comum como: deck de madeira para diversas atividades, como lazer, estar e uso de mobiliários portáteis, como cadeiras e guarda-sol; container de apoio aos monitores e armazenamento dos mobiliários; bancos de madeira, iluminação pública, Wi-fi Livre[3]; no caso do Paissandu, brinquedos para as crianças (verificado pesquisa pré implantação); e adequação do sistema viário com novas faixas de travessia e diminuição da largura da via para suporte ao acesso de pedestres às novas áreas de lazer. O programa pressupunha a necessidade constante da presença de monitores nas unidades, com a função de disponibilizar os mobiliários portáteis e acompanhar a manutenção e limpeza dos locais, feita por funcionários contratados especificamente para esta finalidade.

Figura 2: Imagem de antes e depois da implantação do projeto no Largo São Francisco com destaque para a retirada dos gradis e alterações no sistema viário.



Fonte: São Paulo, 2016. Disponível em: https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/12/publicacao_redes_visualizacao_02.pdf. Acesso em: 07 março 2026.

[3] Projeto implantado no ano de 2014, chamado Praças Digitais promovido pela Coordenadoria de Conectividade e Convergência Digital, órgão da Secretaria Municipal de Serviços (2013-2016).

Figura 3: Imagem de antes e depois da implantação do projeto no Largo Paissandu, com destaque para os brinquedos e elementos de mobiliário similares aos implantados no Largo São Francisco.

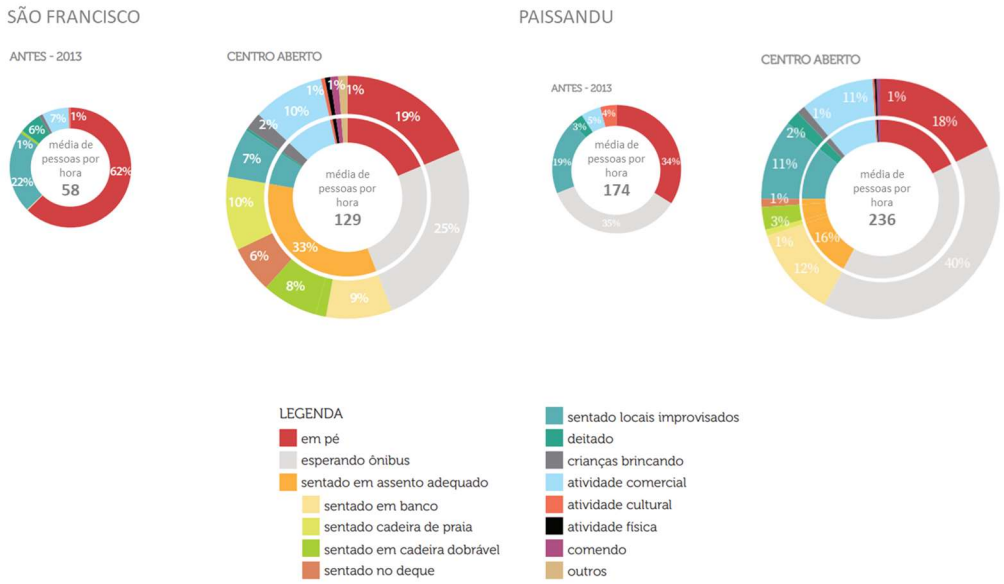


Fonte: São Paulo, 2016. Disponível em: https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/12/publicacao_redes_visualizacao_02.pdf. Acesso em: 07 março 2026.

A aplicação das pesquisas em duas etapas e a implantação de elementos em comum, teve como objetivo a verificação da possibilidade de replicação do programa, e a partir do repertório adquirido, avaliar a pertinência da ampliação do Centro Aberto para outras áreas da cidade. As pesquisas pós-implantação das duas primeiras unidades ocorreram entre setembro e dezembro de 2014, e foram realizadas pela ONG (Organização Não Governamental) Cidade Ativa. Através delas, houve a demonstração da satisfação de usuários, com aumento significativo da sensação de segurança, maior variedade das atividades realizadas nos locais, redução do número de pessoas em pé e sentadas em locais improvisados, aumento do número de pessoas sentadas em locais adequados e por consequência, incremento na permanência de pessoas nesses espaços públicos da região do centro da cidade (Figura 4).

Apesar disto, o processo descrito se mostrou insuficiente para êxito na implantação de novas unidades, e será descrito posteriormente através do exemplo do caso do projeto elaborado para a Escadaria do Bixiga e Rua dos Ingleses.

Figura 4: Gráfico com as atividades nas unidades do Centro Aberto: destaque para o aumento do número de pessoas e atividades realizadas.



Fonte: SPUrbanismo, 2015. Disponível em: https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/Centro_Aberto_Pub.pdf. Acesso em: 07 março 2026.

3 DESENVOLVIMENTO DA FASE 2

Diante do resultado das pesquisas, o programa seguiu para as fases 2 e 3. A fase 2 iniciou no ano de 2015, e seu principal objetivo foi a realização de ajustes e manutenção aos projetos implantados, tais como deck de madeira, bancos e container de apoio (local para armazenamento dos mobiliários portáteis); a ampliação do número de unidades para cinco no total; e a contratação de uma empresa específica para gestão, operação e manutenção para as cinco áreas. O processo de definição dos novos locais foi realizado por técnicos da SPUrbanismo, com a retomada da lista dos locais pré-selecionados na etapa anterior (workshops realizados no ano de 2013), composta por outras dez localidades. Após reanálise dos locais apontados e debate entre os técnicos envolvidos neste trabalho, o Largo São Bento, a Escadaria do Bixiga e a Rua Galvão Bueno foram os três novos locais selecionados para a implantação de projetos do Programa Centro Aberto.

De maneira similar à etapa anterior, houve a realização prévia das pesquisas de análise quantitativa, permanências, fluxos de pedestres nos locais, seguida pela elaboração de projeto, porém, nesta etapa, buscou-se maior envolvimento da população do entorno, através da realização de consultas públicas. Foram promovidas reuniões públicas nas unidades da Escadaria do Bixiga e Rua Galvão Bueno com o objetivo de apresentar o projeto e receber contribuições para ajustes ou aprimoramento das propostas elaboradas. Em ambos os casos, os encontros contaram com a presença de agentes locais e responsáveis por serviços e comércio, sem considerar o envolvimento e participação da população do entorno.

No início da implantação do projeto na Escadaria do Bixiga e Rua dos Ingleses, a população residente do entorno demonstrou insatisfação, e se manifestaram contra a implantação do projeto, impedindo sua continuidade, ficando claro que necessidades mais emergentes deixaram de ser percebidas pelos técnicos envolvidos no desenvolvimento do projeto. Questões sobre a escolha do local (Rua dos Ingleses) e intervenções no patrimônio histórico (Escadaria do Bixiga) foram as queixas mais recorrentes, além do apontamento à época, sobre pouco uso cotidiano da Praça Dom Orione, localizada aos pés da escadaria, e segundo relatos, com pouco mobiliário urbano e alto potencial de melhoria.

Como decorrência do impedimento da realização deste projeto, a SPUrbanismo reconduziu os recursos destinados à execução do projeto no Bixiga para outra localidade, ficando definida a implantação do Programa Centro Aberto no Largo General Osório, sendo o quinto e último local selecionado nesta etapa.

A possibilidade da implantação nesta localidade já havia sido aventada por técnicos envolvidos no desenvolvimento do programa. Por diversas vezes, solicitações vindas de Paulo Faria, diretor e representante da Cia. Pessoal do Faroeste[4] para implantação de uma unidade do Programa Centro Aberto no Largo General Osório, eram destinadas aos monitores[5] das unidades existentes, Largos São Francisco e Paissandu, com argumentos similares aos que embasaram a escolha dos primeiros locais: uma área da região central, com potencial de maior aproveitamento do espaço público, com alto fluxo de pedestres, veículos e crianças, sem suporte à permanência (ausência de bancos e iluminação) e relevância cultural do seu entorno (Escola de Música do Estado de São Paulo Tom Jobim - EMESP Tom Jobim, Sala São Paulo, Estação da Luz e Museu da Língua Portuguesa, e Teatro da Cia. Pessoal do Faroeste).

Após a avaliação conjunta entre técnicos da prefeitura envolvidos e alguns dos agentes locais citados, houve a definição da praça do Largo General Osório como mais uma unidade do programa. A elaboração da pesquisa e o desenvolvimento do projeto desta unidade aconteceu de maneira muito rápida. Mas desta vez, com envolvimento maior da população do entorno e de agentes locais (Figura 5), por meio de encontros, oficinas e atividades infantis realizadas na praça.

[4] A Cia. Pessoal do Faroeste foi um grupo de teatro, fundado em 1998, com sede na região da Luz. Paulo Faria, foi diretor e um dos fundadores do grupo, que em 2018 tornou-se Instituto Luz de Cultura e Direitos Humanos. Paulo faleceu em 2024. Fonte: https://usp.br/tusp/paulo-faria-1965-2024-nota-de-pesar/

[5] A autora fez parte da equipe que foi responsável pelo desenvolvimento do programa e projeto das unidades do Centro Aberto, ao longo dos anos de 2014 a 2021, como funcionária da SPUrbanismo, junto à Superintendência de Desenho da Paisagem (São Paulo, 2016).

Figura 5: Registros dos encontros no entorno do Largo General Osório como tentativas de maior envolvimento da população do entorno no desenvolvimento do projeto - Reunião com CET e comerciantes, e atividades ao longo do dia para participação de pessoas que circulavam pela praça.



Fonte: Imagens da autora para a SPUrbanismo, 2015.

As três novas unidades do Programa Centro Aberto foram inauguradas ao final do ano de 2016, sendo São Bento e Galvão Bueno em outubro e General Osório em dezembro. Conforme pretendido inicialmente pelo programa, as novas unidades contavam com o repertório de elementos de projeto aplicados na primeira fase (Figuras 6 a 8), tais como container de apoio, deck de madeira para uso de mobiliários portáteis, mobiliários fixos como bancos e brinquedos, intervenções no sistema viário para maior suporte aos pedestres e novas faixas de travessia.

Em seguida, deu-se início a operação, manutenção e limpeza das unidades, por empresa contratada através de processo licitatório[6]. A presença constante de agentes operacionais nas unidades era necessária para a disponibilização dos mobiliários, suporte na realização de eventos, limpeza cotidiana e manutenções periódicas para os mobiliários adquiridos e instalados.

[6] Publicação da contratação de empresa contratada para monitoria, limpeza e manutenção das cindo unidades. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f2016%2fdiario%2520oficial%2520cidade%2520de%2520sao%2520paulo%2fsetembro%2f03%2fpag_0119_9195420KJ05C8e8C25FR6L4VCI5.pdf&pagina=119&data=03/09/2016&caderno=Di%C3%A1rio%20Oficial%20Cidade%20de%20S%C3%A3o%20Paulo&paginaordenacao=100119. Acesso em: 05 abril 2026.

Figura 6: Imagem de antes e depois do Largo São Bento com destaque para a instalação de deck para área de estar e lazer.



Fonte: São Paulo, 2016. Disponível em: https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/12/publicacao_redes_visualizacao_02.pdf. Acesso em: 07 março 2026.

Figura 7: Imagem de antes e depois da implantação do projeto na Rua Galvão Bueno com destaque para o alargamento de calçada e mobiliário urbano (bancos ao longo da rua).



Fonte: São Paulo, 2016. Disponível em: https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/12/publicacao_redes_visualizacao_02.pdf. Acesso em: 07 março 2026.

Figura 8: Imagem de antes da implantação no Largo General Osório com a implantação de elementos de mobiliário urbano. Destaque para o ensaio do grupo de atores do Pessoal do Faroeste.



Fonte: Imagens da autora para SPUrbanismo, 2015.

O início do ano seguinte, 2017, foi marcado pela mudança de gestão na Prefeitura de São Paulo, com João Dória prefeito, que apesar de manifestar oposição a conceitos da gestão anterior em sua campanha eleitoral, manteve o progresso dos trabalhos previstos para o Programa Centro

Aberto. Manteve-se a gestão por empresa contratada para as cinco unidades implantadas e a sequência do desenvolvimento do programa para mais uma etapa, sendo esta a terceira e última fase. A terceira fase (com início em 2018) foi marcada por extensa pesquisa que através de diversos indicadores urbanos, possibilitou ponderações entre dados qualitativos e quantitativos para identificação de possíveis novos locais fora da região central da cidade. Ao todo, 12 novos locais[7] receberam intervenções do Programa Centro Aberto no município de São Paulo.

A gestão realizada por empresa contratada pela SPUrbanismo pressupunha a contratação de monitores (um ou mais, determinados pelo horário de funcionamento de cada unidade), e funcionários responsáveis pela limpeza e manutenção das praças. A presença constante dos monitores nos espaços, foi fundamental para as ações de ativação através da realização de eventos nos espaços: eles eram os responsáveis pela abertura e fechamento das unidades, através da disponibilização de mobiliário portátil, elementos para atividades culturais e jogos, além da manutenção e limpeza das unidades. Eram também responsáveis por dar suporte e comunicar aos gestores da prefeitura sobre o andamento das atividades em cada local, como os eventos que aconteciam de forma espontânea, como ensaios do grupo de teatro, campeonatos de xadrez, apresentações musicais, e outros.

O horário de funcionamento era caracterizado pela abertura do container e disponibilização dos mobiliários portáteis. Cada local tinha um horário determinado para a chegada e saída dos monitores, que eram determinados e ajustados de acordo com a rotina de cada praça, relacionada ao volume de frequentadores e atividades espontâneas que ocorriam.

A realização constante dos trabalhos de limpeza, manutenção e monitoramento das unidades foi fundamental para o funcionamento pleno das atividades pretendidas e previstas no desenvolvimento do Programa Centro Aberto. Motivos pelos quais acarretaram a permanente necessidade de empenho de recursos e gestão pública para sua continuidade. O desenvolvimento do programa para outras unidades na fase 3, poderia ter absorvido eventuais ajustes e mudanças no projeto para minimizar questões relacionadas à dependência da gestão pública, através de mais elementos de mobiliário fixo e a presença contínua de monitores, por exemplo.

As ações relativas à gestão e operação por empresa contratada para esta finalidade ocorreram ao longo dos anos seguintes, até março do ano de 2020, quando houve a declaração de emergência mundial pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em decorrência da pandemia de COVID-19, e a operação e gestão dos locais foi interrompida. Posteriormente, ao término do contrato, as atividades foram definitivamente encerradas no ano de 2021. Em 2023, as unidades do Centro Aberto São Bento e São Francisco foram desativadas e gradeadas, com justificativa não relacionada ao programa, mas da necessidade de manutenção e reforma dos calçadões da área central da cidade.

[7] O início da implantação das unidades da fase 3 ocorreu no ano de 2019. Fonte: https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/projetos-urbanos/centro-aberto/proximos-passos/

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Centro Aberto foi uma iniciativa da prefeitura como forma de atuação em espaços livres públicos, na busca por ativação de áreas da região central através da mudança de usos e atividades, proteção e priorização da segurança de pedestres e maior suporte à permanência de pessoas através da implantação de elementos de mobiliário urbano. É possível identificar a pertinência de mudanças do uso de espaços públicos aplicadas através do Programa Centro Aberto, que apesar de demonstrar avanços com relação ao envolvimento da população no desenvolvimento dos projetos, ainda se mostram insuficientes.

A leitura dos espaços através de pesquisas quantitativas e entrevistas com a população local foram relevantes para a indicação de possíveis intervenções físicas, mas não o bastante para o entendimento amplo de apropriações e manifestações culturais prévias e existentes. A escuta e a aproximação entre os atores locais demonstram-se favorável à maior apropriação do processo de desenvolvimento e intervenções em espaços públicos, como podemos observar através dos exemplos da Escadaria do Bixiga e Largo General Osório.

Na região do Bixiga, a tentativa de escuta não foi suficiente para percepção das impressões sobre o projeto desenvolvido pela SPUrbanismo para a escadaria e Rua dos Ingleses, e a oposição à esta intervenção revelou uma demanda latente da população com relação ao entorno: a necessidade de melhorias na praça já consolidada (Praça Dom Orione), com potencial de aprimoramento do aproveitamento de seu espaço, através da implantação de mobiliários urbanos e iluminação, por exemplo.

Já no caso do Largo General Osório, onde a implantação do programa foi impulsionada por agente local, o diálogo e a aderência tanto da população quanto agentes do entorno, ocorreram de maneira fluida, com encontros para construção conjunta do que seria implantado no local, e refletiram diretamente nas impressões de satisfação e apropriação da intervenção realizada (São Paulo, 2017, p.13).

Através dos exemplos demonstrados, nota-se que o desenvolvimento e a implantação dos projetos requer maior envolvimento da população e agentes locais ao longo da elaboração e desenvolvimento de projetos como este. A viabilização de maior diálogo pode acontecer através de processos de escuta em reuniões e audiências públicas realizadas nos locais de proposta de projeto, para maior engajamento, como colocado por Euler Sandeville (2010) e discutido anteriormente. A apropriação pública pode ser determinante para potencializar a identidade local através da identificação de questões existentes.

A participação da população e agentes locais deve proporcionar que todos possam se apropriar do processo da mesma maneira, com foco no desenvolvimento conjunto e não somente nas intervenções físicas que se demonstram necessárias. O envolvimento, escuta e construção conjunta com a população local mostra-se relevante e necessário para identificação de locais e formas de intervenção no espaço público, pois muitas vezes as características mais marcantes dos lugares provêm justamente das apropriações públicas cotidianas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPOS, A. C. M. A.; PAIM, C.; QUEIROGA, E. F.; GONÇALVES, F. M.; LEMOS, I. S.; MEYER, J.; CANOVA, K.; SILVA, T. M. H. **Espaços livres públicos potenciais e paisagem em áreas de vulnerabilidade social.** In: Fórum SP 21 -Avaliação do Plano Diretor e da Política Urbana de São Paulo, 2021, São Paulo. Fórum SP 21 - Avaliação do Plano Diretor e da Política Urbana de São Paulo. São Paulo: IAB/SP, 2021. p. 1-22.

SANDEVILLE JUNIOR, Euler. A paisagem do município como território educativo. In PADILHA, Paulo R.; CECCON, Sheila e RAMALHO, Priscila (Orgs.). **Município que Educa: fundamentos e propostas**. São Paulo, ED,L, Vol. 1, nov., 2010.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. **Espaços públicos e a cidade que queremos.** São Paulo: SMDU, 2016. Disponível em: https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/12/publicacao_redes_visualizacao_02.pdf. Acesso em: 07 março 2026.

SPURBANISMO. **Centro Aberto - Experiências na Escala Humana**. São Paulo: SPUrbanismo, 2015. Disponível em: https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/Centro_Aberto_Pub.pdf. Acesso em: 07 março 2026.

SPURBANISMO. **Largo General Osório - Relatório Centro Aberto | Novembro 2017**. São Paulo, 2017. Disponível em: https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2017/12/05_LGO2_fasciculo_2017-12.pdf. Acesso em: 04 abril 2026.